



Assembleia Municipal de Monção

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONÇÃO REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

Ata nº1/2019

-----Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no auditório da EPRAMI – Pólo de Monção, no concelho de Monção, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão extraordinária, com a presença de quarenta e sete membros, **o presidente da junta de freguesia de Merufe Márcio Eduardo Afonso Alves foi substituído por Martinho Fernando, o presidente da junta de freguesia de Podame António José Gomes Vilarinho foi substituído por José Agostinho Gomes, o presidente da junta de freguesia de Tangil Euclides António Gomes Cerqueira foi substituído por Adriana Fernandes, Susana Andreia de Sá Alves substituída por Maria Manuela Fernandes.** Estiveram ausentes os deputados municipais José Emílio Moreira e Rosa Felgueiras. Nesta sessão estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, António José Fernandes Barbosa e os senhores vereadores João Oliveira – pelouro da Ação Social, Cultura, Natália Pereira Rocha – pelouro da Educação e Turismo, Duarte Miguel Rodrigues Amoedo-pelouro de Obras e Urbanismo, Augusto Henrique Oliveira Domingues, Paulo Esteves e a vereadora Nídia Além. -----

----- O senhor presidente da Mesa começou por informar que dado ser uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem a Intervenção do Público no Final. Assim sendo vai-se dar início à sessão com o primeiro assunto. -----

----- **Ponto III – Ordem do Dia – Assunto nº1 -----**
Apreciação e votação de proposta de “Transferências de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais” -----

----- O senhor presidente da Mesa deu a palavra ao senhor presidente da mesa para prestar os esclarecimentos necessários. Após os cumprimentos a todos os presentes o senhor presidente da câmara começou por dizer:” *relativamente a este ponto, Transferências de Competências do Estado Central para as autarquias, deixar aqui umas notas. Dividir numa primeira questão – Transferências para autarquias locais e a segunda para as comunidades intermunicipais e depois no final dar uma nota sobre as freguesias, durante a semana fizemos chegar um e-mail a todas as juntas de*



Assembleia Municipal de Monção

freguesia, depois de um contacto do presidente da junta de freguesia de Pinheiros e achámos por bem fazer essa comunicação. -----

----- Relativamente às Transferências de Competências previstas aqui nestes documentos sectoriais para um conjunto de matérias que aqui estão previstas, dizer que a proposta que aqui vem plasmada é no sentido de não aceitar nenhuma delegação de competências na autarquia local nesta fase. Porquê? Por dois motivos e o primeiro se calhar o principal, porque hoje dia vinte e cinco de janeiro estamos a discutir delegações de competências, transferências da Administração Central para as autarquias locais, quando não sabemos sequer qual é o pacote financeiro que irá acompanhar cada um destes sectores. Portanto, logo à partida não é possível analisar de uma forma consciente estas propostas. -----

----- Ainda este ano, durante o mês de maio, vamos ter que nos pronunciar quanto a estas competências para o ano de dois mil e vinte, mas penso que para essa altura já teremos conhecimento daquilo que serão os montantes para estas transferências. -----

----- Dizer ainda que aquilo que é a experiência e que já vem do passado, de dois mil e nove no caso da Educação, que quando me falam em descentralizar e eu sou a favor da descentralização, mas tem que ser feito de uma forma consciente e nunca pondo em causa aquilo que são os nossos orçamentos municipais, porque para abarcar algumas responsabilidades vamos a estar a por em causa outras que hoje fazemos, umas melhores, outras piores. -----

----- Quanto à segunda parte, as entidades intermunicipais, dizer o seguinte, a proposta que aqui vem é diferente àquela das transferências para as câmaras municipais, porquê, porque para as entidades intermunicipais e falamos de quatro que aqui constam: Fundos Europeus e Captação de Investimento, Justiça, Associações de Bombeiros e Turismo, as quatro que eram permitidas que passassem já nesta fase. Mas aqui havia também um problema logo à partida, bastava uma câmara municipal não estar de acordo que a entidade intermunicipal imediatamente não poderia abarcar estas competências. Aquilo que aconteceu na última reunião da CIM é que havia duas ou três câmaras que não eram favoráveis a estarmos a receber competências, mas como a maioria dos presidentes de câmara eram favoráveis à transferência de Fundos Europeus e Captação de Investimento e Turismo que deveríamos já nesta altura ficar com esta competência. E parece-me a mim que é lógico trazer aqui estas duas propostas, porque uma delas uma coisa boa que terá, a nível da comunidade intermunicipal é olhar para o território como um todo e podermos fazer candidaturas, podermos fazer um trabalho pensado de raiz



Assembleia Municipal de Monção

e podermos nós pensar o futuro desta comunidade intermunicipal que passa também por ser o futuro do Alto Minho. -----

----- Relativamente à questão das competências para as autarquias: Jogos de Fortuna ou Azar, Praias, Justiça, Associações de Bombeiros, Habitação, estruturas de Atendimento ao Cidadão, Vias de Comunicação, Património Imobiliário Público sem Utilização e Estacionamento Público, estas eram as competências que se nós não nos pronunciássemos, passavam de imediato para a nossa competência, com efeitos a um de janeiro. -----

----- Estaremos cá dentro em breve outra vez para discutir aquilo que serão já as competências do próximo ano e dois mil e vinte e um. A primeira será já em maio, mas aí já balizados e com elementos concretos e percebendo qual é o alcance de cada uma destas competências e percebendo de que forma é que elas vão ter base financeira. -----

----- Por último e relativamente às freguesias, há aqui uma única que é Estruturas de Atendimento ao Cidadão e que a data limite é o dia dois de fevereiro e por isso as juntas de freguesia, foi nesse sentido o e-mail enviado, terão de fazer uma Assembleia Extraordinária se não quiserem aceitar esta competência. Se quiserem não têm que fazer nada, está tacitamente aceite. -----

----- Deixando um apontamento, como é que a Assembleia Municipal tem que ser ouvida para dizer não e para dizer sim/aceitar “não é tida nem achada”. Esta questão também levantou algumas dúvidas na própria CIM. Mas é o que está previsto no decreto, se não houver pronúncia, a competência passa automaticamente para a câmara municipal ou juntas de freguesia. -----

----- Penso que estão feitos os esclarecimentos iniciais, depois das intervenções voltarei a dar as explicações que julguem necessárias”. -----

----- Abertas as inscrições começou por usar da palavra a presidente da Junta de Freguesia de Cambeses, Catarina Lourenço: “Sr. Presidente da Câmara a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi publicada a dezasseis de agosto de dois mil e dezoito, anteriormente o sr. Presidente, tal como todos os municípios e juntas de freguesia deste país tinham conhecimento que a associação nacional de municípios e também a ANAFRE, estavam em avançadas negociações para acordarem a forma e o modelo que daria suporte à lei de transferências. -----

----- Posteriormente foram publicados onze diplomas sectoriais a transferir, curiosamente e em sessão de câmara logo após essa publicação o partido socialista alertou-o para tal facto, detalhe que o sr. Presidente pouco ou nada relevou. -----



Assembleia Municipal de Monção

----- Sr. Presidente quero apenas deixar a minha posição pessoal e na qualidade presidente de junta, não partilho da sua proposta, considero-a redutora simplista e de falta de preparação para o efeito, poderia a meu ver em alguns sectores ir um pouco mais além e aceitar uma posição intermédia de alguns dos diplomas propostos. -----

----- Concordaremos porém, que não todos, por agora, mas pelo menos em matéria de proteção civil não perderíamos um ano de trabalho para que o município estivesse melhor preparado e com mais competências que muitas vezes em situação de catástrofe seria muito útil, quero aqui deixar claro que a minha freguesia vai propor à assembleia de freguesia aceitar a delegação de competências já em dois mil e dezanove do diploma da transferência das competências de instalação e gestão das Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão o qual se rege pelo Decreto-lei nº 104/2018 e que apressadamente V.Exa veio remeter às juntas de freguesia num email datado do dia vinte e quatro do corrente. -----

----- Este é, contudo, um tema relevante e muito importante que concordo, necessita de tempo para uma melhor avaliação; mas volvido este tempo pergunto: Sr. Presidente porque não criou V. Exa. Um grupo de trabalho logo após a publicação dos diplomas quando o partido socialista o alertou?

----- Porque não reuniu com os presidentes de junta após a publicação da lei em Agosto de dois mil e dezoito, chamando a si a responsabilidade de gerir este dossier que tanto nos diz? -----

----- É sempre mais fácil empurrar com a barriga e defender-me escorado na proposta da CIM, mas a verdadeira razão é que a sua prioridade no município é agilizar obra a qual se comprometeu. -----

----- Pede-nos tempo para os outros diplomas, mas a sua proposta não contempla a aceitação da transferência de competências das lojas do cidadão e dos espaços cidadão diploma que o meu executivo está muito interessado em aceitar. -----

----- Desta forma não posso associar-me ao voto de abstenção da Vereação Socialista, como também não posso validar a sua proposta que apresenta, Cambeses está e estará acima de tudo e existem pelo menos quatro diplomas sectoriais que a minha freguesia está muito interessada em aceitar já em dois mil e dezanove. -----

----- Que fique registado nesta assembleia que a eventual perda de oportunidade que possa ocorrer em medidas ou linhas de financiamento que eventualmente abrirão para quem inicialmente acordou aceitar diplomas é da sua responsabilidade e desta assembleia, porque não foi diligente nem proactivo na sua acção, quero também afirmar que esta assembleia será responsável pela perda do fundo municipal de



Assembleia Municipal de Monção

descentralização criado para apoiar os municípios aderentes em dois mil e dezanove condicionando assim também a minha freguesia na aceitação". --

----- Seguiu-se o deputado municipal Ricardo Dias: " O CDS concorda com o princípio, a descentralização é essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social das populações. -----

----- Os órgãos autárquicos desempenham uma missão fundamental na oferta de serviços públicos de qualidade e proximidade com os seus munícipes. -----

----- Portugal foi, durante muitos anos, um dos países com mais competências concentradas no poder central. A descentralização exige uma reflexão séria, profunda e alargada, que não se coaduna com calendários precipitados. Não pode ser avaliada no abstrato. -----

----- A autonomia administrativa e financeira das autarquias é condição para o pleno exercício de atribuições e competências. De outra forma, o que se está a fazer é a transferir novos encargos e problemas não resolvidos, cuja resolução permanecerá comprometida. -----

*----- Descentralizar não pode significar a **desresponsabilização do estado**, não pode corresponder à **transferência de encargos** e de descontentamento das populações relativamente ao que é incómodo para o Governo, passando o odioso para os outros. -----*

----- A questão central não está na proximidade, nem no melhor conhecimento da realidade, mas sim na garantia dos meios adequados para dar a resposta à altura de cada situação ou problema concreto. -----

*----- **Descentralizar implica poder de executar, mas também e indispensavelmente, o poder de decidir.** -----*

----- O CDS é favorável a um processo de descentralização, desde que sejam devidamente assegurados todos os meios técnicos, com pessoal e de financiamento, para o cumprimento efetivo das novas funções pelas autarquias. -----

----- Não se podem assumir novas competências sem conhecer todos os detalhes do novo pacote de descentralização e o envelope financeiro correspondente. -----

----- Pelo exposto o CDS vai votar a favor da proposta apresentada pela Câmara Municipal". -----

----- Seguiu-se a intervenção do deputado municipal Carlos Trancoso:" Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Monção, a lei quadro da transferência de competências para as autarquias, acordo feito e aprovado na Assembleia da República pelo PS e pelo PSD, entrou em vigor no dia dezassete de setembro de dois mil e dezoito, mas os municípios têm até dois mil e vinte e um para decidirem quando querem que as delegações sejam



Assembleia Municipal de Monção

efetivas. -----

----- São vinte e três diplomas que o Governo, através do Conselho de Ministros, fará e já fez aprovar e serão delegadas competências aos municípios nas áreas da saúde, educação, habitação, policiamento de proximidade, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, fundos europeus e captação de investimento, promoção turística, praias, justiça e associações de bombeiros entre outras. -----

----- Para os menos atentos é bom recordar que, neste contexto, é criado o Fundo de Financiamento da Descentralização, no âmbito da Lei de Delegações de Competências, apenas assegurado pelo governo em dois mil e dezanove, e a verba disponibilizada aos municípios no Orçamento de Estado para dois mil e dezanove é de dois milhões quinhentos e setenta e nove mil euros, mais seis vírgula dois por cento do que em dois mil e dezoito. -----

----- O atrás descrito terá sido suficiente para que este assunto fosse objecto de um trabalho mais cuidado da elaboração de estudos atempados e discutido com os senhores presidentes da Junta de freguesia, pois, como sabe será com eles que algumas destas competências acabarão, inevitavelmente, por lhes serem associadas. -----

----- E o senhor Presidente da Câmara tem tudo para o fazer. -----

----- Dispões de um vasto leque de assessores e técnicos superiores para que em conjunto tivessem elaborado os dossiers necessários com a serenidade e com tempo mais que suficiente para hoje apresentar nesta assembleia uma proposta que fosse mais abrangente e de acordo com as necessidades e prioridades do nosso município. -----

----- Não o fez e já se arrependeu como provou email que enviou, ontem dia vinte e quatro de Janeiro de dois mil e dezanove às doze horas cinquenta e um minutos e cinquenta e dois segundos, ao cuidado de todos os presidentes de Junta de Freguesia para informar: “as Freguesias de acordo com o disposto na Lei, que não pretenderem exercer a respetiva competência, tem até ao dia dois de fevereiro de dois mil e dezanove, para comunicar à DGAL a decisão da assembleia de freguesia”. Que: Neste diploma concretiza-se a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão, ao abrigo das alíneas a) e b) do nº1 do artigo 38 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. -----

----- Ou seja, a questão que se coloca é a seguinte: - Um Presidente de Junta de Freguesia se estiver de acordo com a proposta que o senhor Presidente de Câmara, hoje, aqui nos apresenta e votar ao seu lado recusando a aceitação da descentralização de competências, como é que,



Assembleia Municipal de Monção

se amanhã, ao propor a realização de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, e no caso de, ali, ser votado democraticamente o interesse em aceitar tais transferências das competências atrás mencionadas, é caso para perguntar: - Em que ficamos senhor Presidente da Câmara? ... -----

*----- Amanhã, tem este Presidente de Junta de Freguesia direito junto do DGAL, em aceder às competências atrás mencionadas, ou pelo facto de hoje, nesta Assembleia Municipal, **as ter recusado**, o que aqui votou **pouco importa e nada vale ou o seu voto tem duas opções que o vincula à mesma Freguesia?**... -----*

*----- Mais, há alguma razão para que o senhor Presidente da câmara se proponha ajudar os senhores Presidentes de Junta de Freguesias que... "na eventualidade de V.^ª(S) Ex.^ª(S) **NÃO QUEREREM ACEITAR A COMPETÊNCIA ACIMA REFERIDA**, poderão solicitar-nos por esta via, caso o entendam, uma minuta de proposta, que poderá servir de base, à elaboração da vossa proposta de decisão" ... **e, para os que aceitarem tais competências NÃO PODERÃO** dispor dos mesmos serviços para aceder a uma minuta para o efeito??... -----*

*----- Senhor Presidente da Câmara, consideramos que no limite esta proposta deveria, até na apresentação realizada perante o executivo municipal, ter sido equacionada a sua votação diploma a diploma para melhor salvaguarda de casos como o que acabámos de descrever, tal como, o seu interesse pelo caso mencionado comprova claramente que há muito tempo que deveria ter falado **sobre todos os diplomas** com todos os presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Monção. -----*

----- Senhor Presidente da Câmara, segundo o Secretário de Estado das Autarquias Locais publicamente manifestou, todos os custos fixos e operacionais de cada sector serão conhecidos em trinta dias podendo o município recusar a descentralização de competência se o envelope financeiro e as condições de contrato não se ajustar as pretensões do município. -----

----- Mais, e com a devida assunção, em dois mil e vinte e um não haverá o Fundo de Financiamento da Descentralização que permitirá, obviamente, uma maior almofada aos municípios aderentes em dois mil e dezanove. -----

----- Considera-se, assim, que estes diplomas deveriam estar previamente analisados e ter na sua base de pensamento político ideias firmes e consistentes; - que, deveria, até, o senhor Presidente da Câmara, ter assumido um papel mais responsável e determinante na avaliação dos diplomas, o que lhe permitiria hoje apresentar uma proposta mais pormenorizada mais equilibrada e mais intermédia que não esta que aqui nos trás. -----

-----Senhor



Assembleia Municipal de Monção

*Presidente da Câmara, a proposta que nos apresenta acaba por criar algum cepticismo naquilo que tem vindo a propagar, porque, se:- o nosso município tem as contas equilibradas; - não possui uma situação de sub financiamento crónico; - tem margem e folga orçamental; - possui capacidade financeira e possibilidade de recurso a crédito; - está em pleno gozo de um quadro comunitário e está no melhor período para poder pensar a reorganização territorial do nosso município em alguns sectores importantes e com o recurso ao fundo de descentralização municipal; - NÃO TEMOS DÚVIDAS que, com a recusa desta aceitação, V. Exa., deixa de ter desde já, em **dois mil e dezanove**, a possibilidade de pensar o município e de gerir melhor as valências que esta oportunidade de descentralização de competências lhe confere. -----No entanto, mais uma vez o Sr. Presidente recorre ao princípio da prudência na gestão municipal e de uma forma subtil atira para esta assembleia um argumento que necessita de tempo para uma melhor análise dos diplomas recorrendo aos critérios da CIM para camuflar a realidade dos factos que se traduziu na inoperância, no descuido, no desleixe e na politica de priorizar as obras em curso e não os sectores que regulam o poder das instituições. -----A vereação socialista absteve-se, pelos motivos, que, então, fundamentou. Todavia, e para que fique para memória futura, consideramos que a proposta apresentada podia ter ido mais longe para um enquadramento intermédio nos sectores a aceitar em dois mil e dezanove, e, neste caso, ficará V. Exa. responsabilizado: - pela perda do fundo de descentralização municipal porque não aceita a delegação de competências em dois mil e dezanove; - **atrasa no período de pelo menos um ano a possibilidade de efectuar um compromisso com a sociedade e fazer uma verdadeira reorganização sectorial e territorial do nosso município.** -----Quanto ao presente, V. exa., limita-se apenas a gerir um município de obras socialistas descurando um entendimento na verdadeira política de gestão do poder municipal. -----Enquanto deputado municipal votarei contra esta proposta, mas, na qualidade de Coordenador do grupo parlamentar do Partido Socialista confirmo que foi considerado deixar livremente a opção de voto aos seus deputados, tendo em conta, que, para já, estão em causa a defesa dos superiores interesses de cada comunidade e, que aqui ficou demonstrado, que não foram previa e devidamente salvaguardados”. -----Seguiu-se a deputada municipal Catarina Paiva:” Em dezasseis de Agosto de dois mil e dezoito foi publicada a Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. -----*



Assembleia Municipal de Monção

-----A transferência das competências, da forma como é apresentada, suscita dúvidas sobre uma efectiva compensação financeira adequada e justa associada a este acréscimo considerável, para os Municípios, de custos de funcionamento e investimento, podendo levar consequentemente e neste contexto, a comprometer a sustentabilidade financeira e à impossibilidade de assegurar o aumento da capacidade de resposta e da qualidade dos serviços públicos em causa, sabendo de antemão que muitos deles acarretam consigo graves problemas por resolver. -----

----- Além disso, inexistente informação fundamental para o conhecimento das realidades em causa e para a tomada de decisão. Na sua generalidade o modelo não promove a efectiva descentralização da competência, na gestão do território e promoção do desenvolvimento local, situação esta que não se encontra totalmente salvaguardada no âmbito dos diplomas publicados. -----

----- É conhecimento de todos que o governo não promoveu atempadamente a aprovação e publicação dos envelopes financeiros e dos decretos-lei regulamentadores das competências de forma aos municípios aceitarem esta delegação de competências sem comprometerem o seu normal funcionamento. -----

-----Relativamente à situação ora em apreço, a título de exemplo, o Decreto-Lei 100/2018 de 28 Novembro refere-se ao novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, dizendo no seu preâmbulo que este diploma visa garantir um correto e eficiente funcionamento do sector rodoviário, salvaguardando uma melhor articulação entre os diversos agentes em presença, no intuito de melhor proteger a estrada e a sua zona envolvente, e dessa forma potenciar as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores, bem como das actividades relacionadas com a sua construção, gestão, exploração e conservação. Os municípios têm vindo a desempenhar um papel essencial na administração das estradas sob sua gestão, face à sua relação de proximidade. Apesar de concordar com a sua génese, não podemos compactuar com as lacunas legais, já que atendendo as novas obrigações que os municípios vão assumir nada referem, na prática, quanto à real e efectiva compensação financeira. -----

----- Tivemos anteriormente exemplos de descentralização de competências efectuadas nos mesmos moldes, remetendo para a brilhante intervenção da deputada do PDS Cristina Lourenço na reunião da Assembleia Municipal que decorreu do dia vinte e oito de Setembro de dois mil e dezoito em Pias, tendo nessa data referido o contrato 205/2009 relativo transferência de competências no área da Educação, o qual se revelou ruinoso visto os



Assembleia Municipal de Monção

encargos assumidos pelo Município serem superiores às verbas transferidas para o efeito. -----

-----Embora sendo conhecido o pendor reformista do PSD nesta matéria da descentralização, não se compreenderia aceitar esta delegação de competências nas autarquias sem o conhecimento prévio do envelope financeiro a ela associado”. -----

----- Usou da palavra o senhor presidente da câmara: “Vou tentar responder às questões, outras são posições pessoais ou partidárias e tenho que as aceitar, concorde ou não. -----

----- A Catarina e a junta de freguesia têm uma posição diferente da minha, isso é política e tenho de aceitar. Fala em fazer grupos de trabalho desde agosto, fazer grupos de trabalho sobre uma coisa que não se conhecia na altura, exatamente como se conhece hoje, não entendo o que é que se ia fazer, o que é que ia discutir. Quando falamos em transferência de competências, sejam elas quais forem, para além da questão financeira que não conhecemos, em termos funcionais o que é que isto implica em termos de organização/gestão, não sabemos qual é o objetivo desta transferência. -

-----Quanto aos bombeiros, Monção é dos poucos municípios, e já não é de agora, transitou do anterior executivo do seu partido, que tem EIP – Equipas de Intervenção Permanente. A sua última afirmação é preocupante – poderá estar em causa o acesso aos fundos comunitários – eu espero que isso não seja verdade, aliás isso parece ser a forma de trabalhar deste governo nalgumas matérias. Estou a lembrar-me do processo das Águas, que esta Assembleia, e a meu ver muito bem, votou contra e agora vejam como é que aquele contrato foi assinado basicamente a atacar os municípios que não entraram, não assinaram. Inclusive atacaram uma freguesia do nosso concelho, Anhões por não cobrar a água. É assim que trabalham, sem argumentos atacam.-----

----- Esperemos que agora e penso que não, que o governo faça uma perseguição a quem não tem o mesmo entendimento e que pensa de forma diferente. Quanto à posição da junta, a Assembleia é soberana nas suas decisões. -----

-----Deputado Ricardo os seus argumentos são basicamente iguais aos argumentos que nós também apresentamos. Fico agradado por virem de encontro à nossa posição e refira-se que não é contra a descentralização, é contra o modus operandi. Desengane-se quem pensar que o dinheiro virá cobrir todas as despesas, agora passarmos um cheque em branco isso é que não. -----

----- Deputado Carlos Trancoso é livre de ter as opiniões que bem entende



Assembleia Municipal de Monção

sobre aquilo que quer, só acho é que não lhe fica bem. Tem que perceber que como o senhor tem a sua opinião eu também tenho a minha, a sua posição é que é sempre a melhor e a do presidente da câmara é sempre inoperante, sem conhecimento, sinceramente acho que não lhe fica bem. Trabalho muito todos os dias e mereço também o respeito da sua parte. O senhor não trabalha nem mais, nem menos que os outros, trabalhará o mesmo. Não lhe fica bem toda essa adjetivação, ao falar de mim está a falar como é evidente de toda a equipa. -----

-----Nós fizemos aquilo que achámos correto, bem ou mal a nossa posição foi esta. É discutível, é, mas esta foi a nossa forma de abordar o tema. -----

----- Diz que já me arrependi, infelizmente, há dois dias que não vou à câmara por estar doente, levantei-me por respeito à Assembleia Municipal, caso contrário não estaria aqui, e foi o meu gabinete que mandou o mail, eu não conheço o mail que foi enviado. Já expliquei que o mail veio no decurso de uma chamada do presidente da junta de freguesia de Pinheiros, pois nós nem íamos mandar nada e para que depois não dissessem que não tínhamos feito nada pedi ao gabinete para enviarem um mail às freguesias informando que também têm de dar parecer/opinião. Dizer que isto já é sinal de arrependimento, parece-me que é no mínimo abusivo da sua parte. Vou ver o mail e depois logo direi sobre o assunto. -----

-----Termina dizendo que deveríamos ter uma posição mais pormenorizada, mais pensada, é a nossa deputado. Aquilo que sempre defendi é que só discutirei esta matéria no dia em que souber qual é o envelope financeiro e souber o real alcance de todas estas competências. -----

----- A intervenção da deputada Catarina Paiva vem de encontro também àquilo que foi a nossa proposta pelo que não tenho mais nada a dizer. -----

-----O deputado Carlos Trancoso pediu para intervir novamente, direito de resposta: “ Senhor Presidente da Câmara já não é a primeira vez que o senhor se dirige aos deputados do Partido Socialista classificando-os de uma forma menor, provocando atributos de facto não muito dignificantes da figura de um presidente de câmara, há registo em ata disto que acabo de dizer. Hoje vem tentar chamar à liça o facto de não ficar bem. Senhor Presidente da Câmara aquilo que me fica bem ou não fica bem, a mim me diz respeito. O senhor como político deve respeitar as minhas opiniões como político e seu par, porque efectivamente não recebo lições de V. Exa. relativamente à forma de ser ou parecer melhor ou pior aquilo que o senhor no seu juízo julga ser de bem. -----

-----Deixa-nos aqui uma situação algo pertinente e muito grave, o senhor acabou de dizer a esta Assembleia que não conhece o teor de um e-mail, desconhece, não leu e vai lê-lo. Explique-me lá se faz favor, como é que o



Assembleia Municipal de Monção

senhor permite que alguém utilize o início de um conteúdo que diz exactamente o seguinte: Exmo Presidente da Junta de Freguesia, por incumbência do senhor presidente da câmara municipal de Monção, António Barbosa, como a informar... esclareça se faz favor em que é que ficamos, foi por sua incumbência e com o seu conhecimento e de acordo com as suas instruções ou alguém de uma forma fraudulenta utilizou a sua entidade para se dirigir aos senhores presidentes da Junta de Freguesia”?-

-----Usou da palavra o senhor presidente da câmara:” Quanto à primeira parte nada vou dizer, quanto à segunda parte, ainda não percebi qual é a parte que ainda não entendeu: eu não estava na câmara, mas por minha ordem foi enviado um e-mail do qual eu não conheço o conteúdo exato, pois não estava presente”. -----

-----Não havendo mais inscrições passou-se à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dez votos contra, três abstenções e trinta e quatro votos a favor. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do número três, do artigo 57 da Lei nº 75/2013, de 12/09-----

-----Passou-se ao Ponto III – Ordem do Dia – Assunto nº2 – Apreciação e votação de proposta de desafetação do domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 306 m² e 236 m², sitas à rua 25 de Abril, com vista à integração no domínio privado municipal. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara para prestar os respetivos esclarecimentos: “ É uma desafetação de duas áreas que tem a ver com a intervenção a fazer na Avenida 25 de abril e com os futuros espaços comerciais que ali vão surgir”. -----

----- Após os esclarecimentos, foi aberto o período de inscrições e começou por usar da palavra o deputado municipal José Adriano Monteiro Alves:” O PS irá votar contra esta proposta. -----

----- Utilizando uma conhecida expressão popular, o que se nos afigura é “um gato escondido com o rabo de fora”. Esta Câmara pretende simplesmente vender/entregar aos privados, aquilo que é público. -----

----- Se efetivamente esta Câmara quisesse fazer uma boa gestão do domínio público, poderia fazer por exemplo, como o que aconteceu com o restaurante localizado nas termas. Na altura, até com o voto favorável de V. Exa. e da vereadora Natália (o Eng. Garrido votou contra) o que foi decidido favoreceu o Município de Monção. E agora temos lá um edifício, construído por um privado, mas que ao fim de 25/30 anos reverte para o município. -----

----- O que V. Exa. pretende fazer é apenas a delapidação dos espaços públicos de Monção a favor de privados. V. Exa. vai leiloar ou vender um



Assembleia Municipal de Monção

espaço nobre na vila de Monção. Contrariamente àquela expressão do futebolista João Pinto que disse “Prognósticos só no fim do jogo”, parece que por cá tudo aponta para que os prognósticos dos compradores privados sejam mesmo antes do jogo. Estaremos cá para ver quem vai ficar com a “pechincha” e por quanto. -----

----- Seguiu-se o deputado municipal Carlos Trancoso:” Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tal como afirma, o Senhor Presidente da Câmara a Constituição da República Portuguesa, consagra que os bens pertencentes ao domínio público e que integram o domínio publico das Autarquias Locais, os mesmos são inalienáveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis e não podem ser objecto de direitos privados. -----

----- O que o Senhor Presidente da Câmara nos propõe é que o autorizemos a recorrer ao processo de desafetação do domínio público municipal, em cujas áreas de implantação darão lugar a dois edifícios constantes da planta anexa, de forma a que tal desafetação e integração no Domínio Privado Municipal, leve a que estas parcelas de terreno sejam destinadas à construção. -----

----- Tal construção contempla em rigor a construção de dois edifícios de remate dessa zona de ligação de modo a sejam impulsionadores do aumento do comércio local. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, como sabe, a alienação de património do domínio público a privados deve obedecer a critérios muitos específicos que no âmbito da lei se rege pela formalização de proposta e deliberação da respectiva assembleia municipal. -----

----- Entende-se, assim, que o próprio legislador, na sua redacção, determina que tal ato seja deliberado pela assembleia condicionando assim o poder de decisão do órgão executivo mesmo em maioria absoluta.-----

-----Tal determinação tem por base um conjunto de factores que se impõem, nomeadamente: - a garantia da preservação do domínio público; - a observação de uma decisão colectiva, justa e democrática; - e a restrição com base na lei dos períodos de alienação apressada e sem decisão colectiva. -----

----- Se o legislador entendeu, na sua redacção, conferir pela lei a protecção ao património de domínio público, aplicando medidas e tramites de actuação é porque, tal como é nosso entendimento, o mesmo deve ter um carácter muito específico, de âmbito excepcional, garantindo na sua deliberação uma assunção de vantagem publica superior ou igual a alienação proposta. -----

----- Senhor presidente de Câmara, após análise demorada sobre o assunto,



Assembleia Municipal de Monção

a posição do Partido Socialista sobre esta proposta que nos apresenta, verificámos que o carácter específico, excepcional e de vantagem pública superior a alienação proposta a considerar, simplesmente, NÃO EXISTE. --

-----Na legislação actual, existem outros modelos que garantem de uma forma mais efectiva a manutenção do património municipal na esfera pública, a considerar o modelo de concessão por tempo determinado a privados que a nosso ver se ajusta e adequa a proposta apresentada; -----

----- A salvaguarda da preservação do património, garante uma avaliação de: - valorização patrimonial de médio e longo prazo; - mantém no futuro a possibilidade de executar outras intervenções sem recursos a indemnizações; - e confere ao município valor patrimonial a considerar, tornando-o mais sustentável para missões futuras. -----

----- Não obstante as intervenções a realizar em toda a envolvente do espaço a alienar, no nosso entender, estão suportadas por financiamentos comunitários e participação financeira nacional bem como pelas rubricas do PPI municipal para o efeito. -----

----- Mais a alienação do domínio público é, na presente data, acrescido de uma valorização imediata, pela execução de obra que entrará em curso e que a correspondente valorização de médio e longo prazo, não está a ser considerada. -----

----- Recordamos, ainda, que, no caso aqui em apreciação, dadas as características descritas, estamos em crer que todas as situações se reconduzem, salvo melhor opinião, à figura da concessão de uso privativo de bens do domínio público, onde até os particulares podem adquirir direitos de uso privativo do domínio público por licença ou concessão. -----

----- Por estes motivos o grupo do Partido Socialista votará contra a proposta apresentada. -----

---Por último seguiu-se a intervenção da deputada municipal Elisabete Amoedo: “Antes de dar a conhecer a posição do CDS sobre a desafetação dos terrenos para permitir a venda das lojas que vão ser construídas na Av. 25 de Abril, gostava, para que não restem dúvidas, de mostrar o meu agrado com o projeto apresentado. Acho um projeto muito bem conseguido que vai com certeza dignificar aquela importante entrada na vila. Vejo com muita satisfação que aquela zona tenha uma intervenção profunda, como merece. -----

----- Relativamente à desafetação dos terrenos, quero dizer que no CDS não apoiamos a venda dos espaços comerciais nesta Avenida. -----

-----Não estamos categoricamente contra a venda de património municipal, mas achamos que devemos ter muito cuidado quando escolhemos o que não tem grande relevância para o município e para os munícipes e o que, por



Assembleia Municipal de Monção

história, por localização ou por visão de futuro não queremos alienar. -----
-----Sei que é um assunto que divide a opinião pública. -----
----- Fazendo algo que prometi quando aqui cheguei, gosto de ouvir as
peessoas, pergunto opiniões, até para me sentir mais respaldada quando
aqui exponho as minhas posições. Pelas opiniões que ouvi cheguei a duas
conclusões: grande parte dos monçanenses, gostam do projecto, mas não
gostam da ideia de perder aquele espaço para privados. -----
---- Nem ponho em causa a boa vontade do executivo ir buscar ali uma
verba significativa pela venda dos espaços, mas devemos pensar que neste
caso em particular estamos a comprometer intervenções futuras numa das
principais avenidas de acesso à Vila. -----
---- Vamos reflectir no seguinte: as pessoas que em determinado momento
das suas vidas, ocupam um cargo político, estão de passagem. São lugares
efémeros, pelo que os detentores desses cargo devem pensar, que daqui a
dez, vinte ou mais anos, um novo executivo, pode querer fazer uma nova
intervenção naquela zona: seja modificar a Avenida, ou simplesmente, dar
uma utilização diferente aqueles edifícios, e não o poderá fazer porque em
dois mil e dezanove o Executivo no poder, com a autorização da
Assembleia Municipal vendeu o espaço a particulares. -----
----- Tendo vocês maioria Sr. Presidente, a vossa decisão está tomada até
pela aprovação da proposta em reunião de câmara, mas eu apelo aos
membros da Assembleia da necessidade de ponderar todas as decisões que
são agora tomadas, para não hipotecar o futuro”. -----
---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao senhor presidente da
câmara: “ Vou responder às três intervenções em simultâneo. Só um
pequeno reparo, da parte do CDS-PP que é a favor da obra, da parte do
Partido Socialista fiquei sem perceber. Mas respondendo àquilo que é a
dúvida maior, que é a venda das lojas, se devemos ou não vender, é o
mesmo que se passa em relação a outras matérias, esta é a nossa posição e
tenho que aceitar as outras opiniões. -----
----- É evidente que não vai haver “pechinchas”, os valores são calculados
com base nos valores de mercado e depois será feito e ainda não está
decidido a entrega de propostas em envelope fechado ou por leilão. -----
----- Queria deixar aqui uma referência sobre aquilo que é o Regulamento
Municipal, que parece que pouca gente conhece: o nosso regulamento prevê
que quando se faz uma obra à parte haja cedência ao domínio público, o
regulamento prevê que por troca de dinheiro, que são as taxas, haja
compra desse espaço e não depende da decisão da Assembleia ou do
Presidente da Câmara. -----
----- Na reunião em Sago, foi colocada a dúvida, por um cidadão, sobre o



Assembleia Municipal de Monção

loteamento da Quinta da Barca. Em dois mil e dois neste loteamento, havia parte de espaços verdes que eram trezentos e sessenta metros quadrados e havia área de cedência para equipamento público, onde está e já estava na altura a piscina de duzentos e dezasseis metros quadrados, no somatório mais do que aquilo que estamos a tratar de vender. Passado algum tempo o loteador, proprietário fez um pedido à câmara e contra o cálculo das taxas no valor de mais ao menos trinta e um mil euros, todas aquelas áreas que eram de domínio público, passaram para domínio privado. -----

----- Estamos a falar de lojas e deixamos aqui a garantia que hoje e para sempre nunca poderão lá ser exercidos determinado tipo de atividades, porque nós queremos ali um espaço limpo, queremos áreas de serviços e comércio. -----

----- Por cima das lojas será área de circulação pública. -----

----- Estamos a contar com uma receita bastante significativa para os cofres da câmara, sem negociatas e que permitirá continuar com mais obras”. -----

-----Não havendo mais inscrições passou-se à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos contra, oito abstenções e vinte e sete votos a favor. -----

--Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do número três, do artigo 57 da Lei nº 75/2013, de 12/09-----

Passou-se ao Ponto III – Ordem do Dia – Assunto nº3 – Apreciação e votação de proposta de contração de Empréstimo de longo prazo até ao montante de 580.025 € -----

----- Foi dada a palavra ao senhor presidente de câmara:” Este é o famoso empréstimo dos novecentos mil euros. Mas este valor que aqui vem é exatamente o valor das cinco obras tal como constam nos documentos. Consta também nos documentos as entidades que apresentaram proposta. Este crédito a ser aqui aprovado, vai ser adjudicado ao crédito agrícola que foi o que apresentou a melhor proposta com isenção de comissões e com Euribor a um mês”. -----

----- Não havendo inscrições passou-se à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com quarenta e sete votos a favor. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do número três, do artigo 57 da Lei nº 75/2013, de 12/09-----

-----Passou-se ao Ponto III – Ordem do Dia – Assunto nº4 – Apreciação e votação de proposta de tomada de posição sobre o “Projeto da Rede Nacional da Transporte de Eletricidade, Linha Ponte de Lima – Fontefria, Troço Português, a 400 Kv”. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara para prestar os



Assembleia Municipal de Monção

respetivos esclarecimentos:” *Este é o tema que queríamos que já estivesse afastado, mas infelizmente continua a pairar sobre as nossas cabeças. -----*

----- Recebi dois senhores da REN que vinham ouvir o que era a posição do presidente de câmara. Foi-lhes dito que a nossa posição se mantinha inalterada, que era a posição da Assembleia Municipal de dois mil e catorze. De seguida pedem para efetuar o estudo do impacto ambiental da linha, mais uma série de documentação à qual nem respondemos. Em novembro novo pedido sobre o mesmo. Pedidos que continuamos sem responder. Apenas um mail a dizer que só responderíamos depois da tomada de posição por parte desta assembleia. -----

----- E a nossa proposta é que não queremos nada, nem facultamos nada”.- -----

----- Foi dada a palavra ao deputado José Adriano Monteiro Alves:” Sobre este assunto o PS está, como sempre esteve ao lado das populações do concelho de Monção.-----

----- Bastará fazer uma análise do que foi tema de debate nesta AM, na Câmara, “ Alta tensão”, ao longo dos últimos anos para se entender que o PS sempre se opôs ao Projeto de atravessamento do concelho. -----

----- Eu trouxe aqui alguns recortes de imprensa, daquele que é o único órgão de comunicação social isento em Monção, e até aqui temos presente o seu jornalista, que relatavam à época isso mesmo: “Consulta pública do Estudo de Impacto ambiental da linha de alta tensão” – 20 de janeiro de 2014, em que Carlos Eça e Conceição Soares se manifestavam preocupados e apreensivos com os previsíveis efeitos que o empreendimento poderia ter na saúde pública, natureza e património, defendendo um traçado sem qualquer prejuízo humano, animal ou ambiental. Que fique claro que não estavam, como ninguém de bom senso pode estar contra projetos cujo objetivo é servir numa das suas necessidades, as populações. Ou queremos regressar ao tempo da vela e do candeeiro a petróleo!? -----

----- “ Monção dá parecer contra alta tensão – 14 de fevereiro de 2014; em que a Câmara, com data de 12 de fevereiro dava um parecer desfavorável, alegando forte impacto negativo ao nível do património e da economia, além dos riscos para a saúde. -----

----- PS declara guerra à linha de muito alta tensão – Socialistas “solidários com a comunidade” – 5 de julho de 2018. Neste comunicado o PS, reforçava o anteriormente dito referindo, “Não estamos de acordo que continuem a instalar as linhas como bem quer e lhes apetece, sem que atendam as nossas propostas como foi sugerido: opção por via marítima ou em alternativa o aterro dos cabos. -----

----- Com a proposta agora apresentada o grupo Parlamentar do PS votará



Assembleia Municipal de Monção

favoravelmente e concorda com esta tomada de posição, só tendo a lamentar que este executivo, mais uma vez e como tem sido hábito, (basta ver o que aconteceu com o Posto da GNR de Tangil, em que só tarde, depois da foto em grande plano e individual na comunicação social, admitiu que o PS tinha colaborado na resolução do problema) nos dê conhecimento do pedido formulado pela REN em 4/10/2018, replicado em 12/10 e reforçado em 19/11/2018. -----

----- Andaria melhor o município se em devido tempo desse conhecimento aos vereadores do PS, ou até aos elementos da assembleia dos vários partidos representados, para em conjunto poderem elaborar uma resposta mais estruturada e tecnicamente mais sustentada. Porque, temos dúvidas se efetivamente o município pode recusar a disponibilização de informação à entidade REN, como a proposta a votar aponta. Quando muito dizer-lhes que se quisessem informação que a viessem fotocopiar aos serviços do município”. -----

----- Seguiu-se a deputada municipal Elisabete Amoedo:” O CDS-PP Monção é categórico na sua posição contra o projeto de ligação de linha elétrica de Muita Alta-Tensão entre o Norte de Portugal e Galiza. -----

----- Não, não e não!!!! -----

----- Esta poderia ser a frase final desta intervenção, mas, desta forma, queremos mostrar que a nossa posição é categórica, firme e imutável. Mais que isso, esta expressão representa de forma fidedigna o sentimento de todos os membros da concelhia do CDS-PP de Monção, que na sua última reunião, rejeitaram de forma unânime o projeto da Rede Elétrica Nacional que abrange o nosso concelho. -----

*----- Vamos ouvir dizer que não “há estudos que comprovem categoricamente que estas linhas provocam lesões graves no nosso organismo após prolongada exposição”, mas o valor da vida humana sobejamente justifica que se aplique de forma rigorosa **o princípio da precaução**. -----*

----- As pessoas têm o direito de defender a sua saúde, as suas habitações, o valor das suas terras, as paisagens naturais e a sua qualidade de vida. -----

----- Sendo certo que não existe unanimidade na comunidade científica sobre os reais impactos dos campos eletromagnéticos na saúde das pessoas ou no crescimento e desenvolvimento das crianças, a verdade é que existem estudos que apontam para a probabilidade real da exposição a campos magnéticos serem responsáveis, por dores de cabeça, perturbações auditivas e visuais, perturbações do sono, mas também problemas mais graves como doenças do foro neurológico e oncológico. -----

----- Também na Idade Média a comunidade científica desconhecia em



Assembleia Municipal de Monção

absoluto as virtudes da higiene, até se aperceber que Peste Negra se alimentava dessa ignorância. -----

----- O bem-estar dos munícipes é a nossa maior preocupação, mas também nos magoa a alma pensar no impacto visual que esta estrutura poderá ter na paisagem do “Verde Minho” e do nosso concelho em particular. -----

----- A devastação arbórea necessária, para a implementação desta enorme “autoestrada de eletricidade”, pendurada em estruturas de setenta e cinco metros de altura, vai com certeza influenciar todo o nosso ecossistema. -----

----- Quem nos garante que não vai influenciar o nosso microclima, e como consequência a produção de uma das maiores riquezas do nosso concelho – o vinho Alvarinho. -----

----- A Rede Eléctrica Nacional (REN) vai invocar o argumento de que este projecto é de interesse europeu, o que vai obrigar à união não só dos políticos, mas da população em geral, para travar este comboio que sinceramente, acho que já saiu da estação. -----

----- Mas estou convicta que unidos, somos mesmo mais fortes. -----

----- As causas movem-se nas lutas e só com luta se vencem as causas”. ---

----- Seguiu-se o deputado municipal Miguel Puga:” em nome da bancada do partido Social Democrata, venho manifestar o nosso total e incondicional apoio à proposta apresentada a esta Assembleia. -----

----- Como é do conhecimento de todos, desde o primeiro momento em que se ouviu falar da passagem de uma Linha de Muito Alta Tensão pelo Concelho de Monção que o PSD sempre se opôs. -----

----- Somos contra a instalação dessa Linha no nosso Concelho e temos uma posição bem definida, pois não se pode encobrir todos os danos que a mesma provoca. Sabemos, e existem estudos comprovados, que dizem que a colocação de uma linha desse tipo, al longo prazo, provoca danos para a saúde pública e afeta severamente a ecologia local, devido à exposição aos campos eletromagnéticos criados pelas Linhas de Muito Alta Tensão. -----

---- Não podemos ser a favor de algo que é um risco para a saúde pública e que está diretamente relacionado com o aumento de doenças oncológicas, depressões, aumento de stress, alterações do sono, ataques epiléticos, entre muitas outras patologias. -----

----- Não podemos ser a favor de algo, que vai destruir os nossos solos e inviabilizar o cultivo do nosso vinho Alvarinho e de todas as restantes plantações e cultivos. -----

----- Não podemos ser a favor de algo que vai interferir com as bacias hidrográficas da região, alterando linhas e cursos de água de abastecimento e de regadio, alterando com isso os nossos solos e vegetação. -----



Assembleia Municipal de Monção

----- Não podemos ser a favor de algo que vai afetar negativamente a economia local, afastando o turismo que está a crescer no concelho. -----

----- Em boa hora surge esta proposta de tomada de posição séria e convicta da defesa dos interesses das nossas populações, estando contra a instalação dessa Linha de Muito Alta Tensão no nosso Concelho. -----

----- Termino esta intervenção dizendo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monção, que estamos consigo na defesa do nosso Concelho e das suas populações e que o felicitamos pela coragem política que tem esta proposta de rejeição e bem como de não fornecer qualquer informação que possa permitir a instalação da Linha de Muito Alta Tensão pela REN". -----

----- Terminadas as intervenções usou da palavra novamente o senhor presidente de câmara:" Queria só deixar aqui uma nota ao deputado Monteiro Alves que parece que conhece as datas todas de cor a partir de dois mil e catorze. Lamento que tenha uma memória seletiva e o que está antes de dois mil e catorze, não conta? -----

----- Há uma diferença entre o que foi feito pelo Partido Socialista e o que está a ser feito hoje. Comigo não enviámos nada para a REN e estamos aqui para tomar uma posição. Não fizemos nada nas costas de ninguém, absolutamente nada. -----

----- Ao contrário do tempo do seu partido, e o senhor já era deputado municipal, desde dois mil e onze e durante três anos que a câmara andou em troca de correspondência coma REN. E só no final de dois mil e catorze é que se levantou a questão porque já era um dado adquirido. -----

----- Variada correspondência trocada e num dos mails que passo a ler de vinte e sete de janeiro de dois mil e onze – resposta da câmara à REN" **Vimos por este meio enviar CD com Plano Pormenor do PDM e que devem ter em conta... Este tipo de infraestrutura não pode passar em áreas classificadas como urbanas...**" . -----

----- Quanto à questão de não dar/fornecer eu também tenho as minhas dúvidas. Se vier um tribunal obrigar-me também tenho os meus meios de reação. O objetivo é travar por todos os meios e vias a Linha de Muito Alta Tensão que seria devastadora para o nosso território e a Saúde Pública. ---

-----Deputada Elisabete sabemos que vai haver pressões enormíssimas, "tubarões", mas enquanto podermos, vamos resistir". -----

-----Não havendo inscrições passou-se à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com quarenta e sete votos a favor. -----

-----**Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do número três, do artigo 57 da Lei nº 75/2013, de 12/09**-----

----- Não havendo mais intervenções passou-se à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com quarenta e sete votos a favor. --



Assembleia Municipal de Monção

----- **Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do número três, do artigo 57 da Lei nº 75/2013, de 12/09**-----

----- Por último passou-se à votação da minuta da presente ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do número três, do artigo 57 da Lei nº 75/2013, de 12/09**-----

----- Nada mais havendo a tratar, quando eram vinte e três horas deu-se por encerrada a sessão da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário

O 2º Secretário
